


DOSSIÊ

Uma (Anal)Ise Da Repercussão Sobre A Ozonioterapia Retal Como Tratamento De Covid-19

Igor Micheletto MARTINS, *Universidade Estadual Paulista*

Mariane da Silva PISANI, *Universidade Federal do Norte do Tocantins*

Resumo: Os anos 2020 e 2021 foram vivenciados, no mundo, sob o prisma do medo do contágio e da morte pelo vírus da COVID-19, mais conhecido como Coronavírus. No Brasil movimentos negacionistas ganharam força ao afirmar que esta doença tratava-se de uma “gripezinha” inofensiva, da mesma forma sugeriu-se o uso de remédios ineficazes para o tratamento do vírus como, por exemplo, ivermectina, cloroquina, azitromicina e ozonioterapia retal. Nosso objetivo neste artigo é analisar as repercussões a respeito da ozonioterapia retal para tratamento de COVID-19. A análise será feita a partir das teorias de gênero e sexualidade, especificamente as políticas anais de Javier Saez e Sejo Carrascosa. Para subsidiar o debate elencamos alguns conteúdos que marcam a repercussão da ozonioterapia anal: uma charge coletada na rede social Twitter, comentários e reportagens veiculadas na mídias (imprensa) e um vídeo em que o então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, comenta o tratamento. As reflexões durante o debate nos revelaram que o jogo de poder sobre o cu opera acionando o sistema sexo/gênero/desejo. Assim, o cu pode ser um dispositivo que decide o gênero, o desejo, a prática sexual e o sexo da pessoa.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Sexualidade. Políticas anais. Ozonioterapia. Covid-19.



Introdução

*O cu parece muito democrático, todo o mundo tem um.
Mas veremos que nem todo mundo pode fazer o que quer com o
seu cu.
[...]*

*Abra seu cu e abrirá sua mente.
(SEJO; CARRASCOSA, 2016, p. 2)*

No final do ano de 2019, no mês de Dezembro, o mundo começou a vivenciar o rápido alastramento de uma doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome aguda grave 2 (SARS-CoV-2), a doença ficaria popularmente conhecida como COVID-19. No Brasil os primeiros casos registrados foram no mês de Março de 2020. Tão logo a doença tomou proporções globais de contágio e letalidade, passou a ser compreendida enquanto pandemia; esta, por sua vez, é a manifestação coletiva de uma doença que se espalha rapidamente entre toda a população do planeta Terra.

No Brasil, os anos de 2020 e 2021 foram vivenciados sob o prisma do medo do contágio pela COVID-19 e da morte decorrente deste. As máscaras faciais (inicialmente as de pano, posteriormente as cirúrgicas e atualmente as PFF2), bem como o álcool em gel e o distanciamento social viraram elementos cruciais para o combate à pandemia. Da mesma forma houveram cidades em todo planeta que adotaram, em diferentes momentos dos anos de 2020 e 2021, ações de lockdown (confinamento) para assegurar o efetivo distanciamento social e diminuição da transmissão do vírus. As disputadas narrativas sobre a COVID-19, sobretudo no que diz respeito às formas de prevenção e tratamento do vírus, tomaram conta das manchetes de jornais e também das redes sociais em todo planeta. No Brasil movimentos negacionistas emergiram com toda força, inicialmente impulsionados pelas falas do então Presidente da República Jair Messias Bolsonaro que dizia que a COVID-19 tratava-se de uma “gripezinha”, um “resfriadinho” de menor impacto, não havendo necessidade ou motivos urgentes para adoção de medidas preventivas (máscara, álcool em gel e distanciamento) contra o alastramento e transmissão do vírus (UOL, 2020).



Ainda nas disputas narrativas sobre as formas de tratamento para COVID-19, que é sabidamente um vírus, remédios como a ivermectina utilizada para controle parasitário, a cloroquina utilizada para tratamento do protozoário que causa a malária, a azitromicina que é usada para tratamento de infecções bacterianas e o zinco, um suplemento mineral, foram indiscriminadamente receitados por médicos(as) brasileiros(as). Segundo Santos-Pinto, Miranda e Osório-de-Castro,

Um relatório que analisou padrões de desinformação entre países durante a pandemia mostrou, por meio de análises hipergeométrica e qualitativa, que o Brasil é o país que mais se destaca no que diz respeito à desinformação relacionada a medicamentos. Cloroquina e hidroxiclороquina continuam sendo mencionados como possíveis tratamentos ao longo da pandemia, indicando que as evidências científicas não estão sendo adequadamente captadas pelo debate público brasileiro. Tal fato tem forte relação com o posicionamento de autoridades e órgãos governamentais, como o próprio Ministério da Saúde, mostrando a desinformação como tática intimamente ligada às disputas políticas internas no país. (...) A defesa do “tratamento precoce”, baseado em cloroquina/hidroxiclороquina e outros medicamentos, tornou-se, no Brasil, símbolo do viés político no enfrentamento da epidemia (SANTOS-PINTO, MIRANDA, OSÓRIO-DE-CASTRO, p. 2, 2021)

É válido destacar que a World Health Organization (WHO) – em português Organização Mundial da Saúde (OMS) – publicou, ainda em 2020, sobre a não recomendação do uso da ivermectina, cloroquina e azitromicina em pacientes contaminados com a COVID-19.

Houve uma corrida entre os grandes laboratórios farmacêuticos para criação de vacinas eficazes que pudessem combater o vírus, diminuindo assim a letalidade da infecção. No Brasil as vacinas foram recebidas, por parte dos governantes e também da população, com desconfiança e suspeita. Em Janeiro de 2021 iniciamos a campanha de vacinação contra COVID-19 no Brasil. Esta foi atrasada e, por vezes, boicotada por agentes do Governo Federal e seus aliados.

Como efeito, tivemos a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, que indiciou o presidente Jair Bolsonaro, o ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello, o atual Ministro da Saúde



Marcelo Queiroga, o Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência Onyz Lorenzoni, o Ex-Ministros das Relações Exteriores Ernesto Araújo, e outros por: prevaricação, charlatanismo, epidemia com resultado morte, infração de medidas sanitárias preventivas, emprego irregular de verba pública, incitação ao crime, crime de responsabilidade e crimes contra a humanidade (SENADO, 2021). Infelizmente, no dia 06 de Outubro de 2021, no Brasil, atingimos a marca de 600 mil mortos em decorrência da COVID-19 e em Março de 2022, contamos com mais de 655 mil mortos.

No período em que este texto foi escrito ainda vivenciamos a pandemia de COVID-19. Como dito anteriormente, contamos com aplicações de vacinas para redução dos efeitos da contaminação, o que leva a diminuição da quantidade de casos letais. Convém destacar que de Março de 2020, quando a pandemia é deflagrada no Brasil, até Outubro de 2021 quando atingimos a marca de 600 mil vidas perdidas, tínhamos uma média de 31 mil mortes por mês. Depois do esquema vacinal completo em grande parte da população, entre os meses de Outubro de 2021 e Janeiro de 2022 (três meses) contabilizamos 22 mil mortos, uma média de 7 mil perdas por mês. Esses dados, ainda que feitos em números absolutos, mostram como o número de mortos no Brasil caiu quase cinco vezes na média mensal após o cumprimento do esquema vacinal.

Assim como a ivermectina, a cloroquina, a azitromicina e o zinco foram prescritos por médicos aos pacientes infectados pela COVID-19 – em um misto de negacionismos e anticientificismos, afinal nenhum destes medicamentos serve para tratamento e controle de quaisquer vírus – outras terapias “alternativas” também emergiram no cenário da pandemia. Este artigo tem como objetivo discutir as repercussões da ozonioterapia anal como tratamento precoce para COVID-19 no Brasil, sob a ótica das teorias de gênero e sexualidade, especificamente as políticas anais de Saez e Carrascosa (2016).

Contudo, as finalidades deste texto não são para comprovar se a ozonioterapia é – ou era – viável, ou não, para o tratamento e combate à COVID-19. O intuito deste artigo é analisar a repercussão que se deu nas mídias jornalísticas (hegemônicas ou não) e nas redes sociais em torno do tratamento via anal. Como a própria presidente da Sociedade Brasileira



de Ozonioterapia Médica (SOBOM), Maria Emília Serra Gadelha, disse nas suas redes sociais: “uma insuflação retal de ozônio medicinal incomoda muita gente” (CARTA CAPITAL, 2020). Ou, ainda, como o presidente da Associação Brasileira de Ozonioterapia (Aboz), Arnaldo Souza, assegurou para o site de notícias UOL “a técnica é viável, digna, não constrange e, com ética, terá resultados de forma menos agressiva por não precisar furar uma veia” (PREITE SOBRINHO, 2020, grifos nossos). Lançamos mão de algumas perguntas que servem para orientar nossa argumentação: Por que um tratamento via anal causaria tanto constrangimento em partes da população? Quais os motivos de um tratamento via anal ser mais barato em relação ao tratamento intravenoso? Qual ou quais são as conexões entre o cu e a COVID-19? O que pode um cu contaminado ou um cu em risco de se contaminar?

O Caso

No dia 03 de agosto de 2020, o Prefeito de Itajaí – município do estado brasileiro de Santa Catarina – anunciou em uma live em sua página do Facebook sobre a aplicação de ozonioterapia via retal como forma de tratamento para COVID-19. Nas palavras de Volnei Marastoni do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB):

Somente os casos positivos que tenham alguma sintomatologia. Para esses casos, além da ivermectina, além da azitromicina, além de tudo mais, além da cânfora, nós também vamos oferecer o ozônio. É uma aplicação simples, rápida, de dois a três minutinhos por dia, provavelmente vai ser uma aplicação via retal, que é uma aplicação tranquilíssima, rapidíssima de dois minutos em um cateter fininho e isso dá um resultado excelente. Nós vamos em breve estar implantando isso também. A pessoa tem que fazer durante dez dias seguidos. São dez sessões de ozônio e isso ajuda muitíssimo, provavelmente, os casos de coronavírus positivos (SANTA CATARINA, PREFEITURA DE ITAJAÍ, Live Coronavirus, 2020).

Em sua live, o Prefeito e médico Volnei Marastoni declarou ter inscrito o projeto de aplicação da ozonioterapia anal na Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (Conep) ligada ao Ministério da Saúde do Brasil. Além disso, ele também sinalizou, ao comentar sobre a distribuição



do remédio ivermectina, que o tratamento envolvendo a ozonioterapia anal é para quem desejar.

No mesmo dia em que Volnei Marastoni anuncia em uma live o tratamento de ozonioterapia anal para o combate da COVID-19 no município de Itajaí, o ex-Ministro interino da saúde Eduardo Pazuello se reuniu com defensores da ozonioterapia anal. O ex-Ministro recebeu a presidente da Sociedade Brasileira de Ozonioterapia Médica (Sobom), Maria Emília Serra Gadelha, e o Deputado Federal do estado brasileiro de Rio Grande do Sul, Giovani Cherini. Segundo a notícia publicada no site Carta Capital (2020), a presidente da Sobom publicou em suas redes sociais que um paciente de COVID-19 teve alta após o tratamento com a aplicação de ozônio. Maria Emília também afirmou que “uma insuflação retal de ozônio medicinal incomoda muita gente” (CARTA CAPITAL, 2020). Ainda com base na reportagem do jornal Carta Capital, o Ministério da Saúde reconheceu que o efeito da ozonioterapia em humanos contaminados pela COVID-19 é desconhecido e não deve ser recomendado fora do contexto experimental (CARTA CAPITAL, 2020).

É válido destacar que, no ano de 2018, o Ministério da Saúde promulgou a Portaria nº 702 para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Entre essas novas práticas integrativas e complementares incluídas se encontra a ozonioterapia. A portaria assume que:

A ozonioterapia é prática integrativa e complementar de baixo custo, segurança comprovada e reconhecida, que utiliza a aplicação de uma mistura dos gases oxigênio e ozônio, por diversas vias de administração, com finalidade terapêutica, já utilizada em vários países como Itália, Alemanha, Espanha, Portugal, Rússia, Cuba, China, entre outros, há décadas. Há algum tempo, o potencial terapêutico do ozônio ganhou muita atenção através da sua forte capacidade de induzir o estresse oxidativo controlado e moderado quando administrado em doses terapêuticas precisas. A molécula de ozônio é molécula biológica, presente na natureza e produzida pelo organismo sendo que o ozônio medicinal (sempre uma mistura de ozônio e oxigênio), nos seus diversos mecanismos de ação, representa um estímulo que contribui para a melhora de diversas doenças, uma vez que pode ajudar a recuperar de forma natural a capacidade funcional do organismo humano e animal. Alguns setores de saúde adotam regularmente esta



prática em seus protocolos de atendimento, como a odontologia, a neurologia e a oncologia, dentre outras (BRASIL, 2018, pp. 7-8).

Segundo a reportagem que foi veiculada no site de Notícias UOL e que versa sobre a aplicação retal de ozônio sugerida pelo Prefeito de Itajaí, a Associação Brasileira de Ozonioterapia (Aboz) conseguiu, ainda em 2020, autorização do Conep para liderar dois estudos com ozônio no Brasil, sendo que um deles é com pacientes ambulatoriais e o outro é com doentes já internados com COVID-19 (PREITE SOBRINHO, 2020). A notícia relata que o presidente da Aboz, Arnaldo de Souza, declarou que a aplicação pelo ânus é uma opção mais barata do que a versão intravenosa, além de mais simples, indolor, eficiente e sem constrangimento (PREITE SOBRINHO, 2020). Durante a conversa de Arnaldo Souza com a empresa de conteúdos UOL, o presidente da Aboz diz que precisamos vencer o preconceito, pois a técnica é viável, digna, não constrange e, com ética, terá resultados de forma menos agressiva por não precisar furar uma veia (PREITE SOBRINHO, 2020).

Ainda com base na reportagem do site Notícias UOL, o médico presidente da Aboz disse que o ozônio foi utilizado pela primeira vez em 1915 por um cirurgião alemão que evitou a amputação de soldados utilizando o método da ozonioterapia – na época, a utilização de ozônio era indicada apenas para esterilizar ambientes. Arnaldo Souza garante ainda que o ozônio, uma vez no corpo, é bactericida, melhora a oxigenação do sangue e leva glicose para a célula, controlando o metabolismo. Além disso, segundo o presidente da associação, o ozônio também protege o sistema imunológico ao melhorar a oxigenação do sangue, combatendo inflamações e dores crônicas. A reportagem finaliza sinalizando que os resultados do estudo aceito pela Conep não foram divulgados ainda e que a Aboz tem um ano para apresentá-los, de acordo com a aprovação do registro na Conep.

No dia 06 de agosto de 2020, o Conselho Federal de Medicina (CFM) emitiu uma nota de esclarecimento para informar que a ozonioterapia não tem reconhecimento científico e, por conta de se tratar de procedimento em caráter experimental, a aplicação em clínicas não



estaria liberada e poderia apenas ocorrer em ambientes de estudos científicos, seguindo os critérios definidos pelo sistema dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) de instâncias regionais e pela Conep (CFM, 2020). Para a nota, o Conselho recorre à Resolução nº 2.181/2018 (CFM, 2018) que estabelece a ozonioterapia como procedimento experimental e que este deve respeitar os protocolos do sistema CEP/Conep. Por fim, a nota informa que os médicos que não obedecerem às normas éticas estabelecidas, estarão sujeitos a denúncias e averiguação de suas condutas com relação a prescrição da ozonioterapia (CFM, 2020).

Para subsidiar as análises e debates neste artigo, separamos dois conteúdos que marcam a repercussão do anúncio da ozonioterapia anal para o combate a COVID-19. O primeiro deles é uma charge que foi coletada na rede social Twitter. O segundo conteúdo é o vídeo em que o então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, comenta sobre o tratamento da ozonioterapia anal. Contudo, antes de iniciarmos as análises, precisamos apresentar como o cu ou ânus pode ser a base de um sistema de gênero.

Gênero: De Onde Vem E Para Onde Vai...

De início precisamos delimitar os aportes teóricos pelos quais compreendemos o conceito de gênero nesta produção. Joan Scott (1995), em sua célebre produção intitulada “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, aborda como as teorias de gênero foram desenvolvidas e construídas pelas feministas. Para sustentar nossa argumentação faz-se importante que apresentemos alguns aspectos deste texto.

O termo gênero provém da gramática com o significado de classificar fenômenos por meio de um sistema de distinções e não tinha como proposta descrever traços biológicos ou papéis sociais inerentes dos corpos. Em meados dos anos 1970, feministas norte-americanas começaram a utilizar o conceito de gênero com o intuito de apontar que as distinções baseadas no sexo biológico são fundamentalmente sociais; esse movimento, dentre outras repercussões, ajudou a conquistar a legitimidade acadêmica para os estudos feministas. A utilização do termo



gênero era acompanhada por uma forte recusa do determinismo biológico em termos como sexo ou diferença sexual. Neste caso, gênero é compreendido como um conjunto de “construções culturais”, se referindo exclusivamente às origens sociais de identidades subjetivas de homens e mulheres; ou seja, é “[...] uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.” (SCOTT, 1995, p. 75).

Contudo, “[...] o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza.” (BUTLER, 2020, p. 27). Isto é, o caráter imutável do sexo é contestável. As concepções em torno do sexo como algo natural, imutável e estabelecido de forma anterior à cultura – ou como a própria Butler (2020) coloca enquanto “pré-discursivo” – são produções discursivas e culturais. O sexo, assim como o gênero, é produzido e estabelecido por meio discursivo e cultural.

Em contato com a obra de Laqueur (2001), se torna perceptível como o sexo não é algo natural e imutável. Em seu estudo, o autor examina diversas enciclopédias e obras da anatomia humana, especificamente os trechos que correspondem às genitálias das mulheres e dos homens, o orgasmo, o sêmen, a reprodução e outros aspectos relacionados ao sexo. Nos achados, podemos ver que o sexo como objeto de conhecimento era estabelecido como sexo único. Sendo assim, o padrão para as comparações eram o pênis, os testículos, a glândula e todos os órgãos destinados comumente ao homem; os órgãos destinados comumente as mulheres eram os mesmos que os dos homens, contudo eram compreendidos de formas e modelos inferiores, internos, sem o calor vital do corpo masculino. Com isso, pode-se captar que o corpo do homem ou o corpo masculino era o padrão para o sexo como objeto de conhecimento. Indo além, pode-se captar também que o gênero não provém do sexo como está no imaginário coletivo da sociedade. Pelo contrário, como o sexo era único, o gênero já existia antes das investigações sobre tal objeto de conhecimento (LAQUEUR, 2001).

Historicizando com Scott (1995), ainda durante os anos 1980, ocorre uma ascensão de estudos e pesquisas sobre sexo e sexualidade culminando uma nova utilização do conceito gênero. Dessa vez, gênero enfatiza um sistema de relações que não é diretamente determinado pelo



sexo – por mais que possa incluí-lo – e nem determina a sexualidade. A utilização do gênero nos anos 1980 envolve o uso descritivo do termo pois, por mais que as relações sociais entre os sexos sejam enfatizadas, o uso não nos oferece as formas e modos de constituição dessas relações, nem como funcionam ou alteram no decorrer do tempo. Gênero, neste uso descritivo, é associado ao estudo de ‘coisas das mulheres’ e acaba por não possuir um poder analítico que altere os paradigmas históricos (SCOTT, 1995).

Além disso, a associação do termo gênero à ‘coisas de mulheres’ acaba por corroborar com uma política feminista em que o fundamento é a própria identidade do sujeito feminista. Todavia, a identidade possui seus limites representacionais e a formação do sujeito ocorre dentro do campo de poder que produz e cria as identidades e seus limites. Afinal, quem está incluído nessa identidade do sujeito feminista e quem está excluído? (BUTLER, 2020).

Com o intuito de saber a origem do termo e sua causalidade, historiadores/as elaboraram diversas explicações. Scott (1995), de maneira didática, nos apresenta tais explicações sob o eixo de três posições teóricas: (i) explicações das origens do patriarcado; (ii) explicações provindas de uma tradição marxista compromissada com as críticas feministas; e (iii) explicações provindas da psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero, divididas entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas da relação do objeto.

Para a autora, essas três posições teóricas possuem ressalvas. A primeira posição compreende a desigualdade de gênero como fixa e não relaciona outras desigualdades à desigualdade de gênero, além de persistir na diferença física dos corpos e na compreensão do gênero como a-histórico. A segunda, concebe o gênero como um subproduto de estruturas econômicas cambiantes, sem poder analítico e independente. A ressalva para a escola anglo-americana é sobre a concepção da produção e gênese da identidade de gênero em estruturas pequenas, no âmbito da microeconomia da esfera da família e a experiência doméstica, corroborando com uma limitação na ligação do conceito de gênero a



outros sistemas econômicos, de poder, políticos ou sociais. Para a escola francesa – teorias estruturalistas e pós-estruturalistas – a ressalva vai para o caráter universalizante das categorias e relações entre masculino e feminino, além do caráter de único significante do falo – teoria lacaniana – que acabam por tornar o processo previsível, bem como reduzir a experiência à teoria. A escola francesa instaura um antagonismo monótono entre homens e mulheres, reforçando o tipo de pensamento que as pessoas feministas desejam combater (SCOTT, 1995).

Butler (2020) também assume que as categorias fixas, universais e imutáveis de gênero devem ser repensadas por meio de posições históricas ou antropológicas que apreendem o gênero como uma relação entre sujeitos socialmente constituídos, em contextos específicos.

Esse contexto de negação de concepções universais e fixas remete ao estudo da trajetória do movimento feminista realizado por Pierucci (1999). O autor resume de forma exemplar o enredo do movimento feminista, indicando três pontos da produção teórica feminista. O início das produções marca uma luta pela igualdade acima das diferenças. Isso corroborou para um segundo momento, em que a diferença de gênero toma conta, representando a singularidade da diferença feminina em relação ao mundo masculino. O terceiro ponto chega a uma descoberta empírica das diferenças entre as mulheres, ou como o autor coloca, diferenças “dentro”. Assim, as ondas do movimento feminista podem servir de exemplo para a afirmação: a diferença vai diferindo. De certa forma, esse movimento induziu o autor a pensar em algo como a produtividade social da diferença (PIERUCCI, 1999).

Tendo em vista o histórico da utilização do gênero e as reflexões e refutações que perpassaram o uso do conceito, como podemos visualizar, conceber e/ou compreender o gênero neste artigo? A proposta de Scott (1995) é de constituir o gênero como uma categoria de análise, sinalizando que a atenção deve focar nos processos, visualizando-os como interconectados. Para isso, precisamos compreender a natureza das interrelações entre o sujeito individual e a organização social, tencionando entender como ocorre a mudança e qual(is) é(são) o(s) funcionamento(s) do gênero.



Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional (SCOTT, 1995, p. 86).

A contrapelo, a posição de Butler (2020) para o gênero reside na matriz de inteligibilidade. Essa matriz dita uma certa coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo; aqueles que seguem a continuidade e coerência da matriz são classificados como gêneros inteligíveis – em uma tentativa de exemplo didático: uma pessoa que possui pênis e se reconhece como homem e, além disso, orienta o seu desejo para mulheres, pode ser classificado como um gênero inteligível; da mesma forma que uma pessoa que possui vagina, se reconhece como mulher e orienta o seu desejo para homens, também é considerada um gênero inteligível.

Na esteira de Butler (2020), a matriz de inteligibilidade de gênero produz continuidades e, ao mesmo tempo que proíbe, também produz discontinuidades e ininteligibilidades. Ou seja, pessoas que fogem dessa coerência ou que vivem espectros de ininteligibilidades ou discontinuidades são produzidas pela própria matriz de gênero. Pessoas? Para a autora, até a noção de pessoa é questionada nesses casos. Por conta disso, ela supõe que a discussão sobre “identidade” não deva ser anterior à discussão sobre identidade de gênero, tendo em vista que pessoas só se tornam inteligíveis ao vivenciar um gênero nos conformes da matriz.

Contudo, se valendo da proposta do artigo, seria interessante pensar algo sobre a importância do cu no sistema sexo e gênero. Sáez e Carrascosa (2016) indicam que as genealogias do sexo e do gênero pouco se importaram em relatar a importância do anal e a sua relação com as masculinidades e feminilidades, muito menos a função reguladora e patológica sob o cu.



Pensando em discursos que configuram valores e determinam práticas em torno do sexo anal, os autores elencam oito países em que a prática do sexo anal entre homens é considerada crime com sentença de mortes. No contexto da produção da obra de Sáez e Carrascosa (2016), os países em que a prática do sexo anal é considerada crime com sentença de morte são: Afeganistão, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Mauritânia, Nigéria, Sudão e Iêmen. Além disso, eles também elencam cerca de 85 países que perseguem a homossexualidade, condenando-os à prisão, internamento psiquiátrico, campos de trabalho e flagelação. Mas, o que o cu tem a ver com isso? Nesses países, a prova física do delito é a prática do sexo anal. São milhões de pessoas que, além de sofrer diversos tipos de discriminações e agressões, são assinadas, perdem o seu direito à vida por conta do prazer anal (SÁEZ; CARRASCOSA, 2016).

Desse modo, Sáez e Carrascosa (2016) propõe que o gênero também se produz pelas vias da regulação do cu. Ou seja, o cu penetrado deve ser relegado aos espectros de feminilidade e destituído de toda sua virilidade e masculinidade, se transformando em um corpo-fêmea que condiz à mulher. Enquanto que o cu não-penetrado é “premiado” com toda a masculinidade, virilidade e a potência, podendo ser considerado um corpo-macho que condiz ao Homem com H maiúsculo. Aqueles que penetram cu(s) e possuem o seu cu intacto, sem ser penetrado, recebem a extrema virilidade e potencialidade – estes são o suprasumo da masculinidade.

Vamos para os exemplos didáticos. O homem que assumiu a posição passiva durante a prática do sexo anal e teve, portanto, o seu cu penetrado, é destituído de toda masculinidade e virilidade. Se este homem não desfrutou dos prazeres anais – algo como violentado – o desprezo será menor, mas continua sendo uma vergonha irreversível, algo terrível e traumático. Contudo, se este homem desfrutou dos prazeres anais, ele não é mais considerado homem de fato, ou como muitos dizem homem com H maiúsculo – se não é homem, então o que é? De acordo com o regime heterocentrado, essa pessoa se torna mulher. A mulher que assume a posição passiva e vivencia os prazeres anais não é destituída em nenhum



aspecto, pois essa está assumindo a passividade da sua posição “natural” (SÁEZ; CARRASCOSA, 2016).

Os autores também nos apresentam que essa ladainha da impenetrabilidade do cu pode conduzir as pessoas à morte quando o assunto é saúde. No caso de homens que possuem pênis, existe um ritual que coloca o cu e a masculinidade em jogo: a prevenção do câncer de próstata e o seu diagnóstico precoce - especialmente, o exame de toque retal. O exame de toque retal para o diagnóstico precoce do câncer de próstata é realizado da seguinte maneira: o médico, acompanhado de luvas e lubrificante, realiza a inserção de um dedo no ânus do paciente e analisa a região da próstata, buscando possíveis anormalidades e analisando a consistência do órgão. Segundo Sáez e Carrascosa (2016), um diagnóstico precoce pode ajudar no descobrimento de um possível câncer de próstata, mal este que pode assolar 10,15% da população de pessoas com pênis. Neste caso, o problema é que estamos falando de uma inserção de um dedo no escudo supremo da masculinidade que é o cu. Assim, a negação em realizar o exame de toque retal por parte dos homens que possuem pênis é bem corriqueira, fato este que pode desencadear situações irreversíveis e à óbito.

Partindo desse contexto de predominante negação do exame de toque retal, foi necessário criar a campanha Novembro Azul para incentivar homens com pênis a realizarem os exames de diagnóstico precoce do câncer de próstata. A campanha surgiu em 2003, na Austrália, com o intuito de chamar atenção e convidar as pessoas à conscientização da prevenção e diagnóstico precoce do câncer de próstata e demais doenças que afetam a saúde dos homens. No Brasil, a campanha Novembro Azul é fomentada pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA). O pontapé inicial dessa campanha no Brasil se deu em 2011 por meio do Instituto Lado a Lado Pela Vida. Com o suporte do Ministério da Saúde e o INCA, o mês de novembro tornou-se um período específico para desenvolver a importância de se pensar a saúde integral de homens.

A partir dessas campanhas brasileiras do Novembro Azul, o INCA conseguiu diagnosticar novos casos de câncer de próstata, além de



rastrear mortes em decorrência desta doença. Com isso, o Instituto conseguiu apontar que 42 homens morrem por dia devido às consequências do câncer de próstata e aproximadamente três milhões de pessoas convivem com a doença - isso para cada ano do biênio 2018/2019 (BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE, 2020). Contudo, acreditamos que o tabu do exame de toque retal ainda persiste e (re)existe em nossa sociedade.

A situação desagradável que alguns testes de saúde podem nos oferecer é compreensível, mas Sáez e Carrascosa (2016) nos apresenta com reflexões e vias alternativas de compreensão dessa situação social. Para eles, o exame de toque retal - que é basicamente um dedo massageando a glândula prostática - é uma atividade altamente recomendável e com muitos benefícios, além de ter a possibilidade de ser bem prazerosa (possivelmente para os homens que não possuem esse tabu). Sendo assim, por conta do exame de toque retal fomentar essas possibilidades de prazeres, acredita-se que esse tipo de teste de saúde não deve ser interpretado como desagradável. Mas, sim, interpretar a negação do exame de toque retal para diagnóstico precoce do câncer de próstata por meio de outra ordem: a ordem patriarcal.

A ordem patriarcal pode ser uma norma predominante na construção da virilidade e da impenetrabilidade do corpo de homens que possuem pênis. Esse tipo de ordem pode se aproximar do conceito de honra, que pode ser um dos principais fatores na execução de crimes injustos, selvagens e desumanos. Para tanto, a ordem patriarcal estabelece um paralelismo entre virilidade/impenetrabilidade/honra que favorece sua própria manutenção em termos de violência e mortes, ainda que seja a própria morte (SÁEZ; CARRASCOSA, 2016).

Assim, neste contexto fantasmagórico do exame de toque retal para o diagnóstico precoce do câncer de próstata, diante da ineficiência de campanhas da saúde pública e da resistência de parte da população em realizar tais exames, surgiram investigações e descobertas de testes diagnósticos alternativos. Uma dessas alternativas é o teste de dosagem do Antígeno Prostático Específico (PSA), que é uma proteína produzida pela próstata como também pelas células cancerosas. Isso conflui à



afirmação de que mais uma vez “[...] a ciência se alia à ideologia para salvaguardar o sagrado status do homem-cu-fechado: antes morto do que penetrado” (SÁEZ; CARRASCOSA, 2016, p. 33).

O cu desvela uma rede de poder onde se exerce e constrói o ódio, o machismo, a homofobia e o racismo. A polícia do cu detêm uma vigilância em nossos traseiros que não é uniforme:

[...] depende se o cu penetrado é branco ou negro, se é o de uma mulher ou de um homem ou é um/uma trans; se neste ato se é ativo ou passivo; se é um cu penetrado por um dildo, um pênis ou um punho; se o sujeito penetrado se sente orgulhoso ou envergonhado; se é penetrado com uma camisinha ou sem ela; se é um cu rico ou pobre; católico ou muçulmano (SÁEZ; CARRASCOSA, 2016, p. 22).

Perscrutando sua proposta, Sáez e Carrascosa (2016) adicionam, ainda, que em torno do cu há um dispositivo que decide sobre a humanidade das pessoas. Partindo do fato que em alguns países a prática do sexo anal é considerada crime com sentença de morte, um cu pode ser o dispositivo que decidirá se aquele corpo pode ser considerado um humano ou um abjeto. Para Butler (2020), abjeto é aquele corpo que pode ser descartado das estruturas da sociedade. Descartado como uma merda sai pelo cu. Descartado como um vômito, como as excreções do corpo humano. Descartado como a saliva que, após ser cuspidada para fora da boca, se torna algo asqueroso, nojento e no caso da COVID-19, potencial fonte de contaminação e propagação do vírus.

Todas essas alucinações lúcidas integram o regime heterocentrado. Para Sáez e Carrascosa (2016) esse regime delinea e distribui violências que percorrem o machismo à misoginia; este instrumento pressupõe que todos os corpos são heterossexuais, possuem apenas dois sexos e não podem deturpar seus papéis de gênero. Os esporos deste regime podem ser originados e dispersados nos púlpitos das igrejas e mesquitas, nos tribunais, nas famílias, nas escolas, nas televisões, nas rádios e em outros espaços.



Quando O Cu Entra Em Jogo...

No dia 25 de agosto de 2020, o site de Notícias Viva Bem Uol publica uma matéria sobre a transmissão de COVID-19 por meio de uma “nuvem de cocô” (SANCHES, 2020). A notícia se ampara em uma pesquisa realizada por chineses da província de Guangdong que, ao analisarem amostras de fezes de 28 pacientes, diagnosticaram amostras viáveis de coronavírus com potencial infeccioso. O portal de notícias relata que o estudo científico foi publicado no periódico *Emerging Infectious Diseases*. Esta não é a primeira vez que a hipótese de transmissão por via fecal é investigada, contando com um estudo publicado em fevereiro de 2020 no periódico *JAMA*.

A notícia ainda relata que o estudo da província de Guangdong indica possibilidade de contaminação por contato através das vias fecal-oral ou fecal-respiratória (SANCHES, 2020). Essa contaminação pode acontecer por meio de aerossóis fecais – um tipo de “nuvem de cocô” – contaminados por uma quantidade de vírus viável para infectar e propagar a COVID-19 para outras pessoas.

As conexões entre a COVID-19 e os diversos cus começam a aparecer. As fezes humanas, um material que resta após a absorção e digestão dos alimentos pelo sistema digestivo, são excretadas pelo cu. Neste caso, um cu contaminado. O que pode um cu contaminado de COVID-19? De certo, este deve utilizar um banheiro isolado e de uso único para cagar, inibindo assim o uso de um banheiro público. Contudo, pensemos: quem possui mais de um banheiro em sua casa? Um cu que pode ser isolado e utilizar apenas um banheiro em sua casa, deixando outro(s) banheiro(s) para o uso coletivo, não é um cu pobre, é um cu rico, um cu que tem acessibilidade e poder aquisitivo para ter mais de um banheiro em sua casa.

No dia 27 de novembro, durante uma reportagem, o Presidente do Brasil Jair Bolsonaro comenta que visitará a cidade de Itajaí, no estado de Santa Catarina, e profere comentários sobre a ozonioterapia anal. Segue a descrição do diálogo na íntegra (VIRAL, 2020):



Jair Bolsonaro, durante a entrevista, comenta “Eu acho que vou voltar de Itajaí antes do natal...”. A pessoa que está entrevistando responde: “Itajaí? Opa”. Jair Bolsonaro apressadamente responde: “Mas não vou tomar ozônio lá não, tá?”. Uma breve pausa é estabelecida no diálogo para risadas de todas as pessoas envolvidas. Jair Bolsonaro prossegue: “Diz que o prefeito lá do ozônio foi reeleito...”. Outra pausa é estabelecida, mas dessa vez por não saberem do que se trata – o silêncio impera. Jair Bolsonaro rompe com o silêncio estampando um sorriso no rosto: “O pessoal sabe da história ou não sabe da história?” A maioria das pessoas presentes dizem que não sabem da história. Jair Bolsonaro prossegue: “Ninguém sabe da história?”. Enquanto alguém na plateia responde “eu sei”, o Presidente do Brasil explica: “O prefeito... bom, vou falar sem impasse. O prefeito disse que cura a Covid com ozônio, com aplicação de ozônio. Não pergunta onde é a aplicação não, viu”. Ele finaliza a fala com risadas, sem pestanejar. E continua: “Tinha muita gente indo para lá tomar...” ele afina a voz, emulando uma mulher ou um homem “afeminado”, e finaliza com a chacota-afirmação: “estou com covid”. O diálogo encerra com um coro de risadas.

Em todo o diálogo, Jair Bolsonaro expressa sua opinião em tom cômico e de deboche. O Presidente sente a necessidade de sinalizar que vai falar sem impasse antes de comentar sobre uma aplicação retal de ozônio. No fundo, o que incomoda é falar sobre o cu. Um cu contaminado que precisa de tratamento. Este fato se comprova quando o próprio presidente indica que não precisa perguntar onde é a aplicação do ozônio.

A fala de Bolsonaro é um encaixe perfeito nas políticas anais descritas por Sáez e Carrascosa (2016). Ao proferir que havia muitas pessoas indo para Itajaí tomar ozônio e afinar a voz para assumir que está com COVID-19, o presidente indica nos entremeios do seu discurso que quem faz o tratamento de ozonioterapia anal é relegado à feminilidade. Em um regime heterocentrado, uma voz fina e passiva é uma das características primordiais da feminilidade e, logo, da mulher ou dos homens “afeminados”. Assim, uma pessoa que tem o seu cu penetrado para fins de tratamento contra a COVID-19 deve ser classificada como feminino. Logo, se um homem realizar o tratamento, seu corpo será



destituído de toda masculinidade e virilidade, quiçá sua humanidade. No limite, o ato de Jair Bolsonaro afinar a voz para comentar sobre o tratamento de ozônioterapia anal é uma piada homofóbica na medida em que pode se remeter a imagem caricata, pejorativa e estereotipada de homossexuais afeminados.

Para aprofundar nossas reflexões e o debate sobre as políticas anais, buscamos na rede social Twitter pelas palavras “ozônioterapia anal” ou “ozônioterapia retal” e nos deparamos com a seguinte charge:

Figure 1: Charge sobre a ozônioterapia anal coletada no Twitter



Fonte: Autoria desconhecida, retirado do Twitter em 2021.

Na imagem 1, dois corpos são apresentados. A partir do regime heterocentrado (SÁEZ; CARRASCOSA, 2016) esses corpos seriam reconhecidos como homens heterossexuais. Na parte superior da charge, está escrito “tratamento com ozônio” e, na parte inferior, está escrito “prudência e sofisticação”. Um dos corpos veste terno, calça e sapato social indicando ser alguém envolvido com a política, além de expressar: “eu amo a ciência”. Enquanto isso, o outro corpo veste um avental, touca e máscara em tons de azul, indicando atuar como profissional da saúde, mas sem descartar a possibilidade de também atuar na política. Esse suposto profissional da saúde está acompanhado de um cilindro vermelho escrito ozônio e segura a mangueira e o difusor na mão, que estão



conectados no cilindro de ozônio. Curiosamente, o difusor está em formato de um pênis que carrega a identificação: “ozônio”. O corpo que supostamente está envolvido com a política se apresenta inclinado, apoiando suas mãos em uma mesa cinza e com a bunda arrebitada. A bunda arrebitada está desnudada e o seu cu está à mostra. Em um movimento de superinterpretação, após a cena registrada, aconteceria a insuflação retal por ozônio através de um difusor em formato de pênis – procedimentos que aludem à ozonioterapia anal.

Essa charge é provocativa e pode carregar diversos sentidos. Em primeiro lugar, o difusor de ozônio em formato de pênis chama a atenção. Para a lógica da charge, o pênis seria o único formato para penetrações anais, excluindo outras formas de sentir prazer por meio das penetrações anais, tais como a prática do fisting (fetiche/prazer com a inserção da mão ou antebraço na vagina ou no ânus). Mas, para além disso, a escolha do formato do pênis para o difusor de ozônio nos remete às reflexões de Laqueur (2001). Ele indica que quando o sexo “biológico” se tornou objeto de investigação e conhecimento, não existiam dois sexos, mas sim um sexo único: o pênis que era projetado (no caso, os machos possuíam essa forma de pênis) e outro que era introjetado e inferior ao anterior (as fêmeas possuíam esse formato de genitália). Por que não escolher outros formatos – tais como um punho? Ou, então, por que não o formato de um cateter, que é como realmente ocorre o processo de ozonioterapia anal? De certa forma, a escolha do pênis também pode querer representar o suprasumo da masculinidade e da virilidade. Algo que pode representar, por um lado, a penetração, com toda a potência máscula que está necessariamente alocada no pênis; e por outro lado a destituição da masculinidade e virilidade de quem foi penetrado, podendo não ser considerado até humano.

O segundo ponto são as palavras prudência e sofisticação (fraude; falta de naturalidade). De acordo com o dicionário Michaelis Online (2021), a palavra prudência carrega o significado de cautela, precaução, uma virtude que nos leva a conhecer e praticar o que nos convém, que nos faz prever e evitar os perigos e as faltas. Prudência também pode significar calma e reflexão quando for tratar um assunto delicado ou complicado,



algo como ponderação ou sensatez. Já a palavra sofisticação, além de significar uma grande competência e domínio, uma sabedoria, estado do que é avançado ou tecnológico, também pode significar um engano, uma fraude, uma substância ou coisa falsificada, uma falta de naturalidade ou artificialismo. Atentemo-nos ao significado de fraude ou falta de naturalidade da palavra sofisticação. Partindo do que a charge sugere, o difusor em formato de pênis, ao penetrar um cu que é másculo e viril, denuncia toda a falsa masculinidade e virilidade desse cu, acusa-o como artificial e deixa explícito a falta de naturalidade em regozijar de prazer anal expressando “eu amo a ciência” com um difusor de ozônio em formato de pênis enfiado no cu.

E por falar na expressão “eu amo a ciência”, provinda de um prazer anal nos conformes da charge, é importante lembrar da nota pública do CFM para esclarecer que a ozonioterapia não tem reconhecimento científico e se trata de um procedimento em caráter experimental, como estabelece a Resolução CFM n. 2.181 (CFM, 2018).

(CU)nsiderações...

A palavra consideração no título foi alterada com intuito(s). Uma (cu)nsideração é uma consideração que vem do cu, ou melhor, desses cus que estão sentados em cadeiras e escrevendo este artigo. Considerações essas provenientes de cus questionadores, que suspeitam a naturalidade das coisas, desafiam e estremecem as lógicas do regime heterocentrado.

A repercussão da ozonioterapia anal teve seu início na live do prefeito do município de Itajaí, do estado de Santa Catarina, Brasil. Por “coincidência”, no mesmo dia que o prefeito anuncia que será oferecido o tratamento da ozonioterapia anal para pessoas contaminadas com COVID-19, a Sobom se reuniu com o ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello para apresentar dados científicos que ozonioterapia auxilia no tratamento para a COVID-19. No mínimo, uma ação estratégica.

Contudo, para além dessas estratégias e comprovações em torno da ozonioterapia anal, o seguinte procedimento coloca em jogo uma parte do nosso corpo que é obscura e vem à tona, na maioria das vezes, em



formatos de xingamentos: o cu. Nas reflexões das políticas anais, o cu pode ser um dispositivo que decide o gênero, o desejo, a prática sexual e o sexo da pessoa. O cu penetrado e o cu não penetrado. O cu que penetra os outros (ativo) e o cu que não penetra os outros (passivo). É uma outra forma de ver um sistema sexo/gênero/desejo em ação.

Pelos materiais coletados na internet em busca da repercussão da ozonioterapia anal se torna perceptível como este sistema sexo/gênero/desejo é acionado quando o cu está em jogo. Inclusive, surge uma reflexão: afinal de contas, podemos falar sobre o cu? Ou todas as vezes que mencionarmos essa palavra a atribuição do xingamento virá à tona?

Ainda cabe ressaltar que o fato de um tratamento pelas vias retais ser mais barato em comparação com um tratamento intravenoso é algo a ser pensado em produções futuras. No campo da suposição, podemos alocar a hipótese de que um tratamento via retal é mais barato devido ao cu ser compreendido como apenas um órgão excretor que expele merda, sem compreender a territorialização dos prazeres anais e sem conceber este também como um órgão genital.

O intuito desta produção era analisar as repercussões a respeito da ozonioterapia retal para tratamento de COVID-19. Este propósito desencadeou reflexões sobre como o jogo de poder opera em torno do cu, especificamente com base na repercussão do caso da ozonioterapia anal. Por fim, acreditamos que o texto apontou um problema e refletiu sobre estratégias de como podemos lidar com este problema. Como Butler (2020) coloca no prefácio da sua obra, os problemas são inevitáveis e a melhor escapatória para isso é saber como tê-los, como criá-los e como lidar com eles.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 702, de 21 de março de 2018. Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC. Brasília, DF. 2018. Disponível em:



<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prto702_22_03_2018.html>. Acesso em 13 jul. 2021.

BRASIL. Biblioteca Virtual em Saúde. Ministério da Saúde. Novembro azul – mês de conscientização sobre a saúde do homem. 2020. Disponível em: <<https://bityli.com/HfFWx>>. Acesso em 19 mar. 2022.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CARTA CAPITAL. Ministro da Saúde se reúne com defensores do uso de ozônio no reto contra a covid-19. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/ministro-da-saude-se-reune-com-defensores-do-uso-de-ozonio-no-reto-contr-a-covid-19/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

Conselho Federal de Medicina – CFM. Resolução CFM n. 2181, 20 de abril de 2018. Estabelece a ozonioterapia como procedimento experimental, só podendo ser utilizada em experimentação clínica dentro dos protocolos do sistema CEP/Conep. Brasília, DF. 2018. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2018/2181>>. Acesso em 13 jul. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasília). Ozonioterapia não é válida para tratar casos de Covid-19 ou outras doenças. Brasília, 2020. Disponível em: https://portal.cfm.org.br/images/PDF/2020_nota_ozonioterapia.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MICHAELIS ONLINE. Dicionário no idioma português brasileiro. São Paulo: Melhoramentos, 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em 13 jul. 2021.

PIERUCCI, Antonio. A diferença faz a diferença, ou: a produtividade social da diferença. In: PIERUCCI, Antonio. Ciladas da diferença. São Paulo: Editora 34, 1999. pp. 119-149.

PREITE SOBRINHO, Wanderley. Entenda a aplicação retal de ozônio sugerida por prefeito contra a covid-19. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas->



noticias/redacao/2020/08/04/entenda-a-ozonioterapia-pelo-anus-sugerida-por-prefeito-contra-a-covid-19.htm. Acesso em: 22 fev. 2022.

SAEZ, Javier; CARRASCOSA, Sejo. Pelo cu: políticas anais. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2016.

SANCHES, Danielle. 'Nuvem de cocô' pode transmitir novo coronavírus, dizem pesquisadores. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/05/25/nuvem-de-coco-pode-transmitir-novo-coronavirus-dizem-pesquisadores.htm>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SANTA CATARINA. PREFEITURA DE ITAJAÍ. Live Coronavirus. 03 ago. 2020. Facebook: Prefeitura de Itajai. Disponível em: <https://www.facebook.com/PrefeituradeItajai/videos/1058185147912878>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SANTOS-PINTO, Claudia Du Bocage, MIRANDA, Elaine Silva; OSÓRIO-DE-CASTRO, Claudia Garcia Serpa. O “kit-covid” e o Programa Farmácia Popular do Brasil In: Caderno Saúde Pública. 37, 2. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995. p. 71-99.

SENADO, Agência do. Veja a lista dos indiciados da CPI da Pandemia, segundo o relatório de Renan Calheiros. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/26/veja-a-lista-dos-indiciados-da-cpi-no-relatorio-de-renan-calheiros>. Acesso em: 22 fev. 2022.

UOL. 'Gripezinha': leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso em: 18 mar. 2022.

VIRAL da piada homofóbica de Bolsonaro. 2020. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://tv.uol/18php>. Acesso em: 18 mar. 2022.

World Health Organization – WHO. Therapeutics and COVID-19: living guideline. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-therapeutics-2021.1>>. Acesos em 04 jul. 2021.

(Anal)ysis of the repercussion on rectal ozone therapy as a Covid-19 treatment

ABSTRACT: The years 2020 and 2021 were experienced, in the world, under the perspective of fear of contagion and death by the COVID-19 virus, better known as Coronavirus. In Brazil, negationist movements gained strength by claiming that Covid-19 was a harmless "little flu". The same negationist movements have proposed the use of ineffective drugs for treatment, such as ivermectin, chloroquine, azithromycin, and rectal ozone therapy. Our objective in this paper is to analyze the repercussions about rectal ozone therapy for the treatment of COVID-19. The analysis will be done from the theories of gender and sexuality, specifically the anal policies of Javier Saez and Sejo Carrascosa. To subsidize the debate we listed some contents that mark the repercussion of anal ozone therapy: a cartoon collected in the social network Twitter, comments and reports spread in the media (press) and a video in which the president of Brazil, Jair Bolsonaro, comments about the treatment. The reflections during the discussion revealed to us that the game of power over the ass operates by triggering the sex/gender/desire system. Thus, the ass can be a dispositive that decides a person's gender, desire, sexual practice and sex.

KEYWORDS: Gender. Sexuality. Anal policies. Ozone Therapy. Covid-19.

Igor Micheletto Martins

Universidade Estadual Paulista

É uma bicha intelectual e aluna do curso de Doutorado em Educação para a Ciência da Universidade Estadual Paulista, Bauru. Além disso, a mona é trabalhada, possui Mestrado em Ensino e Processos Formativos e Licenciatura em Ciências Biológicas. A bee também faz carão no Grupo de Pesquisa em Currículo:

Estudos, Práticas e Avaliação (GEPAC).

E-mail: igor.micheletto@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7217-6406>

Mariane da Silva Pisani

Universidade Federal do Norte do Tocantins

É mulher cisgênera, bissexual, professora e antropóloga na Universidade Federal do Norte do Tocantins, no Curso de Ciências Sociais e na Universidade Federal do Piauí, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. A amapô coordena o Grupo de Pesquisa em Antropologia Social e

Interseccionalidades (ANTROPOS)

E-mail: marianepisani@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6925-4912>

Recebido em: 19/03/2022

Aprovado em: 08/06/2022